

Resenha

Os usos de trens urbanos e suas situações de conflito entre camelôs e vigilantes: uma mediação ritual entre a informalidade e a ilegalidade no comércio urbano da cidade do Rio de Janeiro¹

Robson Campaneruti da Silva

Vamos sublimar em poesia /A razão do dia a dia Pra ganhar o pão /Acordar de manhã cedo Caminhar pra estação/ Pra chegar lá em D. Pedro A tempo de bater cartão... / [...] O suburbano quando chega atrasado O patrão mal-humorado Diz que mora logo ali/ Mas é porque não anda nesse trem lotado / Com o peito amargurado Baldeando por aí/Imagine quem vem lá de Japeri...

Jovelina Pérola Negra – 33 destinos de D. Pedro

AMBIENTANDO-SE NA TEMÁTICA DO LIVRO

O presente livro faz parte de uma coleção de trabalhos oriundos da linha de pesquisa sobre segurança pública e administração de conflitos, realizados dentro do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Tais trabalhos enfatizam a pesquisa qualitativa, questionando noções como “violência” e investindo na compreensão das diferentes formas de mediação de conflitos.

A qualidade das etnografias, principalmente em meio urbano, marca o estilo em que os pesquisadores elaboram seus textos. A ênfase nas decorrências da imersão do observador no grupo pesquisado, com suas consequências pessoais, marca a tradição da Antropologia feita na UFF. Ao tratar os observados de forma cooperativa e transparente, busca-se dialogar com as diversas lógicas que, em termos do senso comum, são, geralmente, estereotipadas e discriminadas.

As observações ocorreram a partir do entendimento dos casos vividos pelos camelôs dos trens (sub)urbanos que atravessam a cidade do Rio de Janeiro e

¹ Resenha do livro de PIRES, Lênin. *Esculhamba, mas não esculacha*: uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011. 171 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política, n. 50.)

sua região metropolitana. Como o próprio autor diz na apresentação, o livro “ênfatiza as práticas econômicas dos chamados comerciantes ambulantes que atuavam nas estações e composições [dos trens]”.² Essas práticas elucidam uma lógica de ordenamento moral na sociabilidade e mediação de conflitos entre os camelôs e os seguranças da Supervia (companhia privada que detém a concessão dos trens da antiga Central do Brasil, privatizada em 1998, sendo desde sempre alvo de inúmeras críticas e “esculachos” por parte dos usuários).³ Conforme apresentada no livro, a trajetória do pesquisador como sindicalista incidiu na escolha de seu objeto: o comércio “informal” e o grupo que compunha os vendedores ambulantes. Perspectivas “associadas ao perigo e ao desvio de conduta”,⁴ as representações dos observados são desconstruídas, emergindo representações e conceitos que traduzem uma outra realidade.

O pesquisador, ao se inserir nesta teia relacional, observou que os ambulantes sofriam diversas humilhações materiais e morais. Ou seja, sofrem o que denominam “esculachos”, palavra nativa que o autor registra como uma prática social arraigada em uma (falta de) ética por parte dos vigilantes que estava inserida em uma moralidade comum entre os ambulantes, passageiros e vigilantes. A trajetória pessoal do autor, o treinamento de seu olhar e sua observação rigorosa sobre esse espaço abre luz para entendermos as diversas lógicas e os grupos sociais que permanecem invisíveis aos olhos de um transeunte comum. A construção da pesquisa também influenciou na sua construção como pesquisador e na forma de observar e se relacionar antropológicamente.

O trem, nesse caso, é dotado de simbologia, conferindo um estatuto próprio na cosmologia popular, sempre conotado como algo caótico, sem sentido preciso. A utilização dos trens por LÊNIN PIRES recortou seu campo de análise, já que ele próprio era usuário das linhas e observava diariamente as diferentes práticas e usos que se fazia dos trens. A empatia de pesquisa se deu com um vendedor ambulante e a tensão que este tinha no desenrolar da viagem.

² PIRES, LÊNIN. *Esculhamba, mas não esculacha*, p. 19.

³ O próprio prólogo mostra um evento de quebra-quebra decorrente de mais um “esculacho” sofrido pelos passageiros, quando um ramal em questão teve a viagem interrompida e o funcionário da Flumitrens, no alto-falante, disse simplesmente para os passageiros “se virarem”.

⁴ PIRES, LÊNIN. *Esculhamba, mas não esculacha*, p. 43.

A tensão compartilhada com o camelô, análoga aos confrontos que Lênin Pires recordava de sua época como militante do movimento sindical, fez deste ator seu principal interlocutor, levando ao *insight* de observar as relações de conflitos, suas resoluções e a composição de um ordenamento moral das práticas do comércio ambulante nos trens, dando origem à observação dos “esculachos”. O comércio ambulante lutava para ser legalizado e, enquanto não conseguia, as apreensões, a repressão e a violência, ou seja, os “esculachos”, por parte dos vigilantes, era uma experiência constante enfrentada pelos camelôs.

Mas, afinal, o que seria o “esculacho”? Em que contextos podemos observá-lo?

O SIGNIFICADO CONTEXTUAL DO “ESCULACHO”: UMA FORMA ESPECÍFICA E AUTORITÁRIA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

A categoria “esculacho” sintetiza uma série de processos que organizam e classificam os usos do trem. Este equipamento tem seu uso coletivamente compartilhado e apresenta uma diversidade de sentidos dentro deste pequeno espaço. O “esculacho” representa, para os ambulantes, uma forma autoritária de relação e reprodução social que também encontra correspondência em outros espaços sociais brasileiros.

O trem, como *locus* específico desta intermediação de diversos interesses, cria, conforme o autor demonstra, um mercado de relações sociais,⁵ sendo inúmeras as possibilidades de troca. O espaço a ser pesquisado incide no que Santos, Mello e Vogel⁶ afirmam sobre a experiência processual do urbano, existência signifiante e significativa em si mesma. Com isso, observar as rotinas das composições, dos camelôs, e de suas relações cotidianas é fundamental para uma percepção significativa dos usos do trem, da “dinâmica de que resultava dos diversos usos possíveis [...] As regras de utilização do espaço estavam, portanto, em permanente construção [...] também construindo um conjunto de relações sociais significativas para seus intérpretes.”⁷

⁵ MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

⁶ SANTOS, Carlos N.F.; VOGEL, Arno; MELLO, Marco A.S. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985. p. 15-16.

⁷ *Ibid.*, p. 46.

A etnografia escrita dá o contorno e a coloração empíricos, *corpus* de todo conhecimento antropológico. De todas as relações dentro dessa dinâmica processual e significativa, o autor deu ênfase às situações de conflito como sinalizadoras dos sentidos, e meio para se acercar do “esculacho” em si. Nesse sentido, aparecem as seguintes dicotomias:

Indivíduo : Estado
 Camelôs : atores de segurança
 Pessoalização : impessoalidade formal
 Economia informal : leis e regulamentação

Dessa forma, vemos que a composição do espaço público, representado pelos trens e pelas regulamentações do Estado, é múltipla de interesses e heterogênea em sua composição, gerando inúmeras tensões e conflitos entre o direito de trabalho, por parte dos camelôs, e a (des)regulamentação econômica que afetou as relações de trabalho de uma massa de trabalhadores, que se adaptaram a esse tipo de exclusão pela informalidade e até pela ilegalidade. Desde o século XIX, os valores cidadãos brasileiros se confrontam com os usos e com as relações domésticas. A informalidade se torna, assim, um mecanismo comum nas relações dentro dos espaços urbanos.

No trem, a informalidade demarca um desrespeito ao Estado e aos seus agentes, mais do que um mero desprezo à lei. O Estado, no campo pesquisado, pode ser representado nas dinâmicas conflituosas entre os ambulantes e os agentes de segurança da empresa concessionária, que regulam e medeiam as atividades dentro desse espaço público.

A partir dessas premissas, o autor fundamenta-se na antropologia do direito e na resolução institucional dos conflitos. A comparação contrastiva é pressuposto para analisar segmentos diferenciados dentro da sociedade pesquisada, como é o caso do tratamento dado aos camelôs quando estes estão sendo processualmente regulados pelos agentes da empresa, pela polícia, pelos órgãos jurídicos formais, entre outros. Observando os trens, o autor observa como se dá o dilema do espaço público no Brasil, conforme a extensa bibliografia que o autor se utiliza para compor a base teórica de seu trabalho. Conforme Kant de

Lima⁸ sugere, o direito no Brasil, diverso do caráter democrático presente nos EUA, é uma “imposição externa das autoridades” sobre os “transgressores da ordem”. O conhecimento, ao contrário do que ocorre nos EUA, é particularizado; a autoridade (representando o Estado e não a sociedade) é que define o que pode ser permitido ou proibido dentro do espaço público, este sempre submetido às regras gerais observadas particularmente pelos agentes, gerando, assim, um gradiente de possibilidades de apropriação do espaço público, resolvendo as disputas contextualmente e de acordo com os atores envolvidos.⁹ Nessa dinâmica, a reação dos ambulantes ao “esculacho” pode, no cotidiano, levar a mudanças sociais significativas (nos sentidos real e moral do termo).

A CENTRAL, OS TRENS, OS RAMAIS E AS HISTÓRIAS QUE DALI SE CONTAM: CRIAÇÃO DE SOCIABILIDADES E DE UMA MORALIDADE COMUM

Ao percorrer os caminhos das composições, as relações que emergiam a partir das histórias de conflito e de violência que ouvia e presenciava permeavam diversas dimensões simbólicas, fazendo com que as atividades do camelô tomassem outro sentido. A variedade do comércio formal não dava conta de suprir a demanda que o volume de pessoas que passavam cotidianamente poderia gerar. Nesse ajuste, o comércio se adaptava e se estendia através do vendedor ambulante, “representação máxima do padrão de sociabilidade local, combinando elementos que concorriam para a ordem ou desordem, para a harmonia e o conflito.”¹⁰ Estes disputavam a atenção de potenciais consumidores, mas, ao mesmo tempo, tentavam burlar a vigilância dos seguranças, tendo que ter, portanto, um domínio e competência de *ser camelô*.

As regras, neste *locus* investigado, são constantemente reelaboradas, sofrendo alterações dinâmicas e fazendo as relações situacionalmente reconstruídas. Da entrada até a saída, diversos tipos de relações e de jogos eram criados e organizados, desde jogos corporais de entrada e permanência nos vagões até

⁸ KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, L.G., BARBOSA, L.; DRUMOND, J. A. (Org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.105-124.

⁹ PIRES, Lênin. *Esculhamba, mas não esculacha*, p. 52.

¹⁰ *Ibid.*, p. 79.

jogos de baralho e lazer. No desenrolar dos fatos, algumas regras de convivência são constantemente reformuladas, variáveis de éticas distintas que se baseiam, mesmo assim, como fora supracitado, numa moralidade comum, constituída com valores caros à classe trabalhadora brasileira, como honra, dignidade e respeito, permeando todos os tipos de relações entre os trens. Os ambientes criados se caracterizavam principalmente por valores masculinos, caracterizando a dinâmica dos jogos de baralho, os acordos entre os camelôs, e a inserção do pesquisador em campo. O jogo de sueca, por exemplo, era mais que um passatempo, era um veículo de disseminação de valores morais, um instrumento de observação do autor-pesquisador, que o ajudou na construção da sua identidade frente aos passageiros e, conseqüentemente, em sua aceitação no jogo.

Ao participar dos jogos, o autor relacionou-se com alguns usuários permanentes que o auxiliaram na elucidação das apropriações do espaço nos trens. Todos os contos, histórias, hábitos e comportamentos registrados dentro e fora dos trens foram utilizados como instrumentais para se chegar às dimensões simbólicas de apropriação de regiões do espaço e da construção de uma moralidade significativa entre os usuários, convivendo em diversos espaços socialmente particularizados e aparentemente dicotômicos.

A atividade do ambulante, nesse sentido, é significativa. Aliás, o próprio camelô é figura-chave da síntese local, pois eram, “por assim dizer, depositários das histórias e intérpretes bem posicionados dos acontecimentos inerentes àqueles trilhos urbanos”,¹¹ detendo, portanto, experiência de todas as particularidades esboçadas no livro, tornando-se informantes privilegiados daquele *lugar*; compondo-se de uma ambígua invisibilidade enquanto comercializa seus produtos, do qual este sujeito se punha a “observar, classificar e qualificar tudo à sua volta”.¹²

SER CAMELÔ E A SITUAÇÃO DO “ESCULACHO”

Ao focar certas relações que, para o autor, eram as mais significativas nos limites possíveis dos conflitos entre os ambulantes e os operadores de segurança pública e privada, decorre daqui uma ênfase no *ser camelô* e na forma

¹¹ *Ibid.*, p. 102.

¹² *Ibid.*, p. 103.

como estes agem dentro do ambiente em que sua atividade é considerada ilegal, observando como os agentes de segurança administram e atuam frente a esses “infratores da lei”. Aqueles que não observavam as normas de comportamento local acabavam protagonizando os conflitos e colocando em risco os acordos previamente elaborados.

O camelô era testado constantemente com as circunstâncias do jogo, e se ele já detinha alguma *expertise* era considerado como um camelô local e sofria o rito de batismo. Ou seja, ele era nominado, detendo um codinome que posteriormente era difundido entre seus colegas. Geralmente, a nomeação era feita com apelidos jocosos evidenciando certas características pessoais, facilitando a identificação do camelô. A partir da convivência com os “cascudos”, o “novato” ia aprendendo a lógica de vendas e de performance para conseguir comercializar seus produtos de forma satisfatória.

Na visão dos vigilantes, sejam eles “HP”, “GPS”, e outras denominações nativas, o camelô detinha uma representação negativa, sendo alvo do que Michel Misse¹³ chama de sujeição criminal, pois são interpretados como criminosos ou estão a serviço do crime organizado. No entanto, como eles também faziam parte e organizavam as regras do jogo local, dentro dessa classificação maior, os camelôs mais respeitados eram considerados respeitáveis trabalhadores e eles não podiam se “esculachar” como outros que “vêm aqui para fazer bobagem”.¹⁴ As negociações entre os camelôs e os vigilantes eram baseadas em um jogo de valores e hierarquia entre ambos agentes sociais.

A PM ficava ao largo dessas operações, somente observando a atuação dos vigilantes e dos camelôs e condenando ambas as práticas. Aqui, portanto, vemos o confronto da moral comum frente à jurisdição do controle do comércio ambulante. Tanto o vigilante quanto o camelô (alguns) eram considerados trabalhadores.

Aliás, os camelôs tentavam, historicamente, regular o seu serviço junto a Supervia desde sua privatização, promovendo, através do seu sindicato,¹⁵ uma trégua de conflitos. A contrapartida era que os ambulantes auxiliariam na

¹³ MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes. p. 210.

¹⁴ PIRES, Lênin. *Esculhamba, mas não esculacha*, p. 114.

¹⁵ O sindicato, por sinal, não existia materialmente, mas era considerado muito ativo nas suas atribuições.

manutenção da ordem e principalmente na limpeza dos trens. A sujeira, nesse sentido, se tornou o símbolo da regularização e do conflito. Tal símbolo sugeria que a desorganização dos camelôs e seu costume de viver em tal baderna, de estar na sujeira e contribuir para a manutenção desta, malogrou as tentativas de regularização junto à empresa. Desse modo, ser camelô era sofrer uma série de sanções negativas, assim como ser considerado um ser sujo ou impuro.¹⁶

Os ritos em jogo reconfiguram situacionalmente as práticas, as normas e as apropriações do espaço dos trens urbanos; incidindo nos valores centrais por ora sublinhados, ou seja, o respeito, a dignidade e a consideração, permeiam a totalidade das condutas naquele lugar. A convivência desenvolvia uma série de dramas sociais diários¹⁷ que se apresentava de forma complementar no processo ritual local do “derrame” (apreensão das mercadorias) e do “esculacho”, expressando, nesta ação-limite, a semântica social dos grupos postos no desenrolar da ação simbólica: seus valores postos em jogo, suas obrigações e as performances rituais. Os ritos, nesse sentido, seriam ocasiões de totalização que promovem o “discernimento entre os grupos e as categorias” no decorrer da interação dos atores envolvidos, dentro de um espaço moralizado de forma conflituosa com as regulamentações escritas. O respeito era um valor máximo, que organizava as regras de ordem e do uso dos trens de acordo com o que era previamente acordado. Esse valor era mutuamente compartilhado, como também a troca de informações ocorria entre os “mais chegados” de cada grupo e na ajuda mútua, quando necessário.

O “esculacho”, nesse sentido, é uma forma intolerável de desrespeito, desconsideração e negação do outro, que se situa entre a ilegalidade e o trabalho como valor central desta investida liminar. Extrapola, portanto, as regras do jogo, e entra no campo do insulto moral, pois, além de submeter o ator à ordem já desigual, ainda o humilha, podendo chegar à agressão física. A reação pode ser desastrosa, podendo ocorrer quebra-quebras e trocas de acusações entre todos os

¹⁶ DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹⁷ De acordo com o autor, para observarmos esses ritos, é instrumental o conceito de dramas sociais cunhado por Victor Turner, que opera na dimensão do conflito. O estado de liminaridade dos atores no momento dos ritos é de suma importância para a configuração e a observância dos valores locais. Cf. TURNER, V. O processo ritual. Petrópolis: Vozes, 1974; e TURNER, V. *Floresta de símbolos: o ritual Ndembu*. Niterói: Ed. UFF, 2005.

envolvidos. Nesse sentido, o “esculacho” reconfigura os valores, as relações entre os envolvidos, emergindo reações e resistências que, mesmo havendo novas perspectivas para os camelôs e sua ascensão plena aos seus valores caros – respeito, dignidade, consideração –, a prática reitera as moralidades negativas existentes sobre eles e os mantém marginalizados perante as instituições legais. A forma encontrada de questionamento do *status quo* é a violência generalizada – desencadeando novos “esculachos” –, profetizada logo no prefácio e explicitada no final do livro.